



#OBSERVAMOSBH > > >

**COMO SER OBSERVADOR
METROPOLITANO
DA MOBILIDADE**

NossaBH

APRESENTAÇÃO

Você já parou para pensar que boa parte das grandes cidades se estendem por muitos quilômetros e se misturam com outras? Que muita gente trabalha em um município e mora em outro? Que às vezes é necessário ir até outro município para fazer uma consulta médica ou pegar um avião?

Isso acontece porque existe uma diferença entre os limites geográficos (físicos) e administrativos dos municípios e a forma como a sociedade se organiza no território. Em um processo que vem de muitos anos, as políticas públicas, ou ausência delas, concentraram em poucos locais boa parte das oportunidades de emprego, renda e serviços públicos bem estruturados. De maneira oposta, a maior parte da população precisa buscar soluções próprias de moradia em lugares que são, muitas vezes, bem distantes daqueles locais. A localização dos empregos, do comércio, dos serviços e da moradia afeta diretamente a mobilidade. Ou seja, as razões, distâncias e formas dos deslocamentos das pessoas e das cargas/materiais.

> A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH

As grandes cidades brasileiras são hoje em dia centros de Regiões Metropolitanas, ampliando, diversificando e complexificando a busca por soluções aos problemas e desafios existentes na vida urbana (morar, estudar, comprar, ter momentos e espaços de lazer, e, conseqüentemente, se deslocar). Esse é também o caso da RMBH que, como a conhecemos hoje, foi instituída pela Lei Complementar nº 89 de 2006.

Várias das questões de uma região metropolitana envolvem articular territórios diferentes e distantes entre si. Na RMBH, podemos pensar na questão do aeroporto, que fica a 38km da capital, no município de Confins; na questão do abastecimento de água, que é fornecido pelos grandes reservatórios de Vargem das Flores (Contagem/Betim) e Rio Manso; ou na questão da gestão do lixo de Belo Horizonte, que é destinado ao aterro sanitário de Sabará.

A QUE ESTA FICHA-RESUMO SERVE?

Apresentar aspectos básicos (dados técnicos e definições) sobre a mobilidade urbana na RMBH;

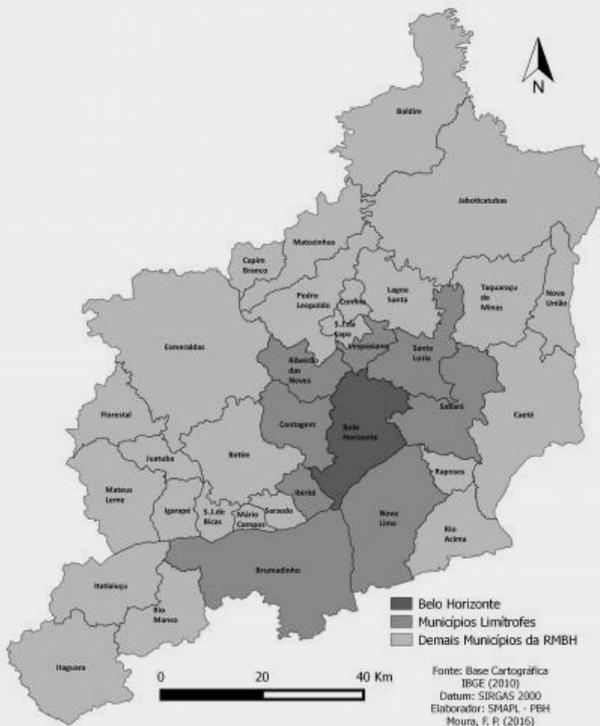
Fornecer insumos para pessoas e coletivos que objetivam iniciar ou aumentar a incidência e o controle social sobre o sistema da mobilidade urbana na RMBH;

Motivar pessoas a atuarem na pauta da mobilidade urbana e sensibilizar organizações e movimentos sociais que atuam em outras pautas a se engajarem com a agenda da mobilidade na metrópole.

A QUEM ELA SERVE?

A todas as pessoas, movimentos e organizações da sociedade civil já engajadas com a pauta da mobilidade, do direito à cidade e/ou de integração metropolitana e a qualquer pessoa que esteja interessada em olhar - e agir - de maneira integrada para a região onde vive.

Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte



NÚMEROS-CHAVE

- 34 municípios
- 5,8 milhões de habitantes
- 3,7 mil km² e 7,8 mil hab./km² (área urbanizada)
- 16,14% do território do Estado
- 27,81% dos habitantes
- 2/3 da população concentradas em 4 municípios
- 43,2% do PIB de Minas Gerais
- 3ª maior aglomeração urbana do Brasil
- 7 consórcios de operadores do transporte público coletivo
- 809 linhas de transporte público coletivo
- 3.160 ônibus
- 850 mil viagens mensais de ônibus
- 18 milhões de quilômetros rodados mensalmente
- 25 milhões de passageiros por mês

> O QUE SÃO “FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM - FPIC” DE UMA REGIÃO METROPOLITANA?

Saneamento, abastecimento de água, gestão de resíduos e a mobilidade urbana, por envolverem elementos do funcionamento diário da metrópole, são chamadas de **Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)**. Isto é, funções que dizem respeito a toda sociedade envolvida no território e que, portanto, não são capazes de serem tratadas por apenas um município sem impactar significativamente outros municípios da região.

A mobilidade urbana implica no acesso diário de centenas de milhares de pessoas às mais variadas formas e locais de serviço, emprego e lazer, e é uma FPIC fundamental para o cotidiano das pessoas. Para se ter uma ideia, de acordo com a pesquisa Origem-Destino da RMBH, das mais de 13 milhões de viagens cotidianas no território metropolitano em 2012, 2,1 milhões, ou 16,4%, eram viagens que ligavam mais de um município.

Nesse cenário, os aspectos relacionados direta ou indiretamente à mobilidade devem ser tratados de maneira coordenada entre municípios e estado, a nível metropolitano, incluindo os diversos setores da sociedade (governo, universidades, empresas, organizações e movimentos sociais, etc).



Alguns aspectos da mobilidade metropolitana:

- Necessidade de continuidade das infraestruturas e da oferta de serviços de transporte público.
- A gestão de oferta e influência sobre a demanda dos diversos modos de transporte.
- A garantia da acessibilidade e sensibilidade para as questões de gênero.
- O impacto na inclusão social e na emissão de gases de efeito estufa e poluentes que degradam a qualidade do ar.



> ESTRUTURA DE GESTÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme definido na Lei Complementar nº 89 de 2006 (artigo 8º, incisos I e II), é realizada com três principais instrumentos: Assembleia Metropolitana, Conselho Deliberativo e Agência Metropolitana, que atuam de forma complementar sobre todo o território da RMBH conforme apresentado na Figura 2.



Com objetivo de estabelecer diretrizes e princípios para atuação territorial na RMBH, foi instituído o **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)** da metrópole. O Plano, elaborado entre 2009 e 2011, também cria instrumentos para a gestão metropolitana. Um deles, instrumento financeiro, é o **Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM)** que conta com aporte voluntário dos municípios da RMBH - o governo do Estado é obrigado a aportar sempre a mesma quantidade do total de recursos aportados pelos municípios.

Outro instrumento é a **Conferência Metropolitana** - realizada a cada dois anos para revisar e estabelecer, de forma participativa e inclusiva, as diretrizes de atuação e planejamento sobre as Funções Públicas de Interesse Comum.

Por sua vez, o **Colegiado Metropolitano** é uma organização, não formalizada, da sociedade civil, que acompanha o Conselho Deliberativo desde sua criação, cujos membros são eleitos durante a Conferência Metropolitana.

Órgãos e espaços institucionais existentes na gestão da RMBH

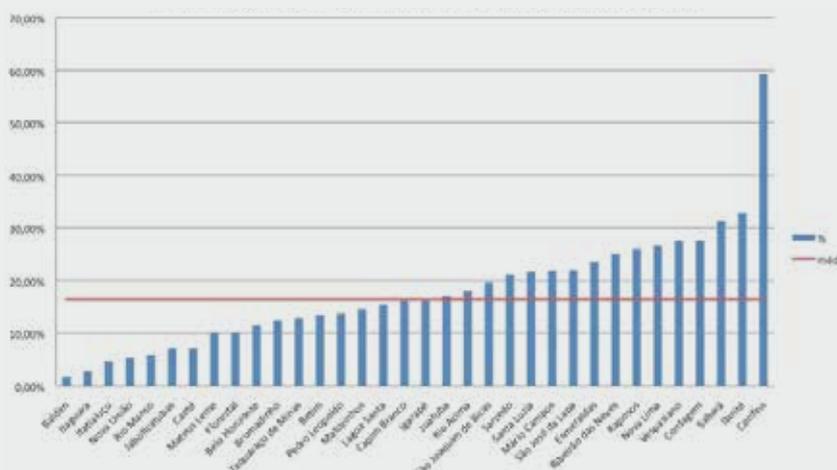
A **estrutura de gestão relativa à mobilidade urbana na RMBH** se complementa com outros instrumentos (órgãos e instâncias participativas), para atuação sobre o transporte intermunicipal, sua integração física e tarifária, além da infraestrutura necessária, bem como no sistema de trânsito, tráfego e toda infraestrutura viária do território:

- **SETOP:** Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas: Órgão executivo estadual responsável pela concessão, regulamentação e gestão operacional do transporte público intermunicipal e metropolitano; pela malha viária estadual e as federais delegadas ao estado;
- **DEER:** Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem: Órgão executivo estadual responsável pela fiscalização da operação do sistema de transporte;
- **Comitê Técnico de Mobilidade Urbana:** Grupo criado pela Agência Metropolitana para dar subsídios às questões de mobilidade tratadas pelo Conselho Metropolitano;
- **Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano:** Opina sobre a criação, prorrogação e alteração nos contratos de concessão de linhas de transporte intermunicipais de Minas Gerais, além de julgar recursos de multa para as empresas;
- **Comissão dos Usuários do Transporte Metropolitano:** Criada e eleita em 2015 para opinar sobre o tema, quando convocada pelo governo estadual, conforme a necessidade. Não possui atribuição legal nem frequência de reuniões, algo que é cobrado com frequência por seus membros.

> DIANTE DESSE CENÁRIO, É PRECISO ABORDAR PROBLEMAS E PENSAR AÇÕES

Impactos desiguais - A mobilidade afeta de maneira desigual os diversos municípios da RMBH. Uma maneira de compreender isso é, por exemplo, comparar o percentual de viagens que tem origem em um município e destino em outro (percentual de viagens externas), apresentado no Gráfico 1. Pode-se perceber que, quanto maior este percentual, mais população daquele município depende das oportunidades existentes em outros locais, como é o caso de Confins, Ibirité e Sabará.

Gráfico 1 - Porcentagem de viagens externas Municípios RMBH 2012.



Fonte: Pesquisa de Origem e Destino de 2012.

Para conhecer mais indicadores da RMBH acesse <http://mobilidados.org.br>. A plataforma **MobilIDADOS** foi criada pelo ITDP Brasil com objetivo de promover o uso de dados nos processos de elaboração, participação e controle social de políticas de mobilidade e desenvolvimento urbano.

> A GESTÃO COMPARTILHADA DA MOBILIDADE URBANA - DESAFIOS E SUA SUPERAÇÃO

Como não existe nível de gestão metropolitana no Brasil, é importante e necessária a cooperação de um conjunto muito diverso de atores políticos dos 34 municípios, que possuem capacidades técnicas e financeiras muito desiguais. Neste quadro, para uma gestão metropolitana consequente e efetiva na RMBH, é importante superar alguns desafios atuais:

1. Baixo diálogo e integração entre os entes federativos;
2. Poucos recursos técnicos, financeiros, infraestrutura e capacidade de ação;
3. Ausência de informações sólidas e unificadas;
4. Ausência de espaços empoderados de participação popular.

Diante de tais desafios, como atuar na esfera metropolitana? Nessa ficha não pretendemos esgotar as possibilidades de atuação política, mas estimular ações mais eficazes de pessoas e coletivos que queiram de fato contribuir para modificar as políticas públicas relativas à mobilidade metropolitana, a partir de uma certa institucionalidade. Priorizou-se apontar passos no caminho da incidência ou, no inglês, advocacy, para fazer **a incidência nas políticas públicas de mobilidade**.

Passo 1



Identificar e refletir sobre o problema a ser atacado:

o que se busca é criar processos de mobilização da sociedade civil para lograr acordos políticos que beneficiem cidadãos e cidadãs de uma forma geral. Assim, a incidência precisa ser entendida como um processo que terá várias etapas para solução de algum problema claro. Exemplo: **a tarifa de transporte coletivo vai aumentar, o que podemos fazer para evitar?** Dele, parte-se a identificação e análise do problema.

- > Com que tipo de problema estamos lidando (político, econômico, administrativo ou legal)?
- > O que queremos realmente resolver ao incidirmos?
- > Quais são os momentos, fluxos, atores e instâncias públicas as quais devemos estar atentos durante o processo de incidência?

E que o resultado desta análise do problema seja feito da forma mais coletiva e/ou compartilhada possível.

Conhecer, mapear e entender quem são os atores da RMBH: é necessária a participação do maior número possível de atores na questão. Eles podem ser parceiros de atuação, mobilização ou de desenvolvimento de alguma ação, campanha ou projeto. Assim, é necessário compreender quem são os atores envolvidos no contexto da incidência, seus interesses e posicionamentos políticos.

Revisite o Quadro 1 e identifique quais são os sujeitos políticos, fazendo uso de um **mapeamento de atores**, feito de forma coletiva. Esse mapeamento contribui para compreendermos quem são os atores que podem se envolver em uma ação, projeto, campanha, o nível de apoio de cada um deles e o poder que eles têm em relação a um objetivo específico.

Elaborar estratégias e táticas para atuação: após conhecer o problema e os atores envolvidos, é possível pensar estratégias e táticas para atuação. As estratégias, entendidas como ações mais amplas, contribuem para melhorar o cenário geral. As táticas, por sua vez, são ações mais específicas ou mesmo formas de agir bem diretas. Ao traçar sua estratégia e táticas de ação, procure incluir elementos de diversas naturezas: jurídicos, culturais, sociais (engajamento), Técnicos (mobilidade), digitais (mobilização) e políticos (ação!).



Quadro 1 - Elementos (caminhos)

TIPO	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
Jurídicos	Entrar com ações na justiça, a fim de evitar que algo aconteça ou minimizar danos do que aconteceu	Agir para evitar que a tarifa do transporte público aumente de maneira ilegal.
Legais Normativos	Pressionar para criação de legislações que estejam em compatibilidade com as diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana.	Atuar para que os orçamentos municipais, conformados por legislação, tenham diretrizes, metas e recursos destinados à mobilidade por ônibus.
Culturais Sociais	Realizar campanhas que sensibilizem a sociedade sobre a importância de se ter um sistema de transporte coletivo de qualidade (integrado, com preço justo - gratuito ou módico, seguro, confortável, etc.).	Desenvolver uma campanha que mostre a importância da integração física e tarifária do transporte coletivo na RMBH.
Técnicos	Criar e/ou se embasar em estudos técnicos, quando do diálogo e debate com gestores, técnicos municipais, empresários e outros atores locais.	Ler estudos técnicos de instituições como o ITDP Brasil, IEMA, WRI para ter dados e insumos nos momentos de participação em processos políticos (Conselho e Conferência Metropolitana, por exemplo).
Digitais	Ter um leque de ferramentas digitais alimentadas e sempre disponíveis para criar marcos políticos na internet.	Criar instrumentos e usar ferramentas para mobilizações e pressão em meios digitais, como o caso do Tarifômetro: https://www.tarifometrobh.com.br/ .
Políticos	Criar fatos políticos para marcar processos e escolhas públicas.	Convocar audiências públicas e levantar temas polêmicos a serem debatidos com os presentes.

Fonte: Elaboração própria.

Combinados, esses elementos e passos contribuirão para se identificar quando, como e com quem agir ao longo do processo de incidência, apontando, se possível, os momentos em que não agiremos e quais 'gatilhos' podemos usar caso aconteça um episódio ou ação não previsto inicialmente no e para o qual precisamos dar uma resposta rápida.



Perguntas Frequentes

Como fazer para participar dos debates sobre a região metropolitana?

É preciso buscar informações. O conselho e o colegiado metropolitano se reúnem com regularidade, e a Conferência Metropolitana é bienal. Sites como o da agência metropolitana <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/eventos/> e a página do Plano Metropolitano: <https://www.facebook.com/rmbh.org.br/> são boas referências de notícias.

Existem bons exemplos de atuação da sociedade civil em regiões metropolitanas?

Sim! Há exemplos de atuações cidadãs voltadas para a escala metropolitana.

No Rio de Janeiro, a Casa Fluminense é uma associação civil que busca articular uma rede de atuação na região metropolitana por meio da lógica de descentralização. Atuando sobre as desigualdades sócio-territoriais, a Casa Fluminense visa aprofundar a democracia e o desenvolvimento sustentável a partir da periferia, com iniciativas como o Curso de Políticas Públicas e o Fórum Rio.

Há ainda o Fórum das Juventudes da Grande BH, que articula coletivos, entidades, ativistas e atores sociais da RMBH e busca atuar e refletir sobre as políticas públicas voltadas para a juventude nos três níveis federativos, além de mobilizar e fomentar autonomia e desenvolvimento dos jovens na sociedade. Dessa maneira, pelo objeto e escopo, o Fórum tem a potencialidade de articular a periferia e lugares mais vulneráveis da região metropolitana.

Qual a relação entre a mobilidade urbana e as emissões de gases de efeito estufa e a poluição do ar?

Os transportes são os responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa na RMBH. A redução do uso individual no transporte também pode contribuir significativamente para a redução de uso de combustíveis e, portanto, de emissões de GEE e também de poluentes que degradam a qualidade do ar.

Para se chegar ao objetivo de reduzir o nível das emissões na RMBH, garantindo a qualidade de vida dos cidadãos metropolitanos, algumas ações foram sugeridas no PDDI, incluídas na Política Metropolitana Integrada de Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono e também na Política Integrada de Mobilidade Metropolitana (parcial) tais como: controle de emissões em veículos automotivos, incentivos ao uso do transporte público coletivo, à troca de combustíveis dos ônibus, e programas e ações de incentivo ao transporte ativo.

FICHA TÉCNICA

Esta Ficha-Resumo é parte do Projeto Observatório Social de Mobilidade Urbana - Observamos-BH, realizado pelo Movimento Nossa BH com financiamento do Instituto Clima e Sociedade - ICS. Além desta, o projeto produziu outros materiais que ajudam a entender a mobilidade urbana e sua relação com mudança climática e política urbana, disponíveis na página www.nossabh.org.br/observamosbh. Revisão técnica: Mailla Soares e Joana Brasil Diagramação: Yasmim Reck. Ilustrações: Felipe de Lima Mayerle.

Acesse a versão digital: [<http://nossabh.org.br/ficha-4/>](http://nossabh.org.br/ficha-4/).

INTERESSOU? VÁ ALÉM!

Quer saber mais sobre as mudanças climáticas e qual sua relação com a mobilidade urbana?

Conheça nossa ficha-resumo "As mudanças climáticas, a mobilidade urbana e as cidades"

Acesse a versão digital: [<http://nossabh.org.br/ficha-2/>](http://nossabh.org.br/ficha-2/).

Quer saber mais sobre planejamento da mobilidade e das mudanças climáticas?

Conheça nossa ficha-resumo "O Plano de mobilidade de BH como instrumento de gestão ambiental"

Acesse a versão digital: [<http://nossabh.org.br/ficha-3/>](http://nossabh.org.br/ficha-3/).

Gostei do tema, o que mais posso saber para incidir na minha cidade?

Leia a ficha-resumo "Como incidir na política de mobilidade urbana em BH"

Acesse a versão digital: [<http://nossabh.org.br/ficha-1/>](http://nossabh.org.br/ficha-1/).

 Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional

REFERÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR 89, DE 12/01/2006. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=89&ano=2006>

LEI COMPLEMENTAR 107, DE 12/01/2009. Disponível em

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=107&ano=2009>

Pesquisa Origem-Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 2012

Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários Maio de 2011. Disponível em:

<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/PDDI-RMBH-Relat%C3%B3rio-final-Volume-1.pdf>



NossaBH

#OBSERVAMOSBH
OBSERVATÓRIO SOCIAL DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE